



Agricultura Urbana e Peri-Urbana como política de ordenamento territorial

Cecília Delgado

e-GEO – Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, e LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

cmndelgado@gmail.com

Os planos de desenvolvimento e as políticas públicas urbanas raramente consideram a Agricultura urbana e Peri - Urbana. Para além da escassez de políticas, falta uma agenda, um programa e um sistema de avaliação e monitorização que garanta a sua sustentabilidade ao longo do tempo e a custos acessíveis

Sustentamos que os solos urbanos que não estão a ser ocupados devem ser reconvertidos e aproveitados para finalidades produtivas primárias, a curto e médio prazo. Consideramos que existe um vazio jurídico-legal e institucional sobre o tema a nível internacional, nacional e local, que deve ser explorado.

É inevitável encontrar os instrumentos que permitam, em primeiro lugar, o acesso à terra por quem não a possui. Em segundo lugar, regulamentar esse acesso. Importa esclarecer que não abordamos no presente artigo a perda de acesso à terra (referentes a cultivadores desalojados⁵⁵), os desafios decorrentes da temporalidade finita desse acesso, ou a problemática da titularidade. Em síntese, o presente artigo apenas pretende alimentar o debate sobre a enorme potencialidade de transformação dos vazios urbanos não edificados em territórios produtivos, num horizonte temporal imediato.

A abrangência do tema obriga à reflexão sobre diferentes áreas do saber: há que integrar os conceitos de direito territorial e planeamento urbano bem como o estado da política de solos em Portugal; em segundo lugar, e não menos importante, o conceito de agricultura urbana e periurbana, pouco conhecido pelos promotores responsáveis pelo planeamento; em terceiro lugar há que questionar o sistema de governação. A quem cabe avançar com estratégias de acesso à terra? À sociedade civil organizada, numa linha bottom – up?; Ao estado e aos municípios numa linha top – down? A um conjunto de *stakeholders* organizado?

Considerar o ordenamento territorial numa perspetiva de soberania alimenta das cidades é um tema globalmente recente, e inexistente à data em Portugal. Por norma, em Portugal, o solo das cidades é classificado na totalidade como urbano. Esta classificação incorpora simultaneamente as áreas verdes privadas⁵⁶ e espaços públicos, compreendidos como a “estrutura verde” urbana. Considerando a lógica que vigora na legislação territorial o espaço produtivo dentro das cidades não existe, o que dificulta a implementação de estratégias positivas com vista à inclusão da Agricultura Urbana e periurbana em território urbano⁵⁷. No entanto, a crise e a simultânea redução demográfica

⁵⁵ Ver por exemplo os desalojamentos dos Agricultores da Horta do Monte, Lisboa 2013 - <http://cma-j.blogspot.pt/2013/05/pela-preservacao-da-horta-do-monte.html>, consultado em 31 de Julho de 2014

⁵⁶ Logradouros; Áreas de cedência para espaço público e equipamentos; Área de reserva ecológica e de reserva Agrícola (estas últimas raramente se encontram dentro do perímetro urbano).

⁵⁷ Registe-se como exceção o Plano Diretor de Lisboa - PDM (2012) que prevê a classificação de solo como Espaços verdes de recreio e produção: “Os espaços exteriores verdes de recreio e produção a consolidar são espaços não edificados, permeáveis e plantados, genericamente sobre solo orgânico em terreno natural, que podem ter os usos agrícola, de recreio e produção, incluindo hortas urbanas e viveiros, e que podem integrar equipamentos coletivos e infraestruturas de apoio ao recreio e lazer incluindo estabelecimentos de restauração e bebidas, e turismo, sem prejuízo do disposto no número seguinte. (ver Artº 64). “Nestes espaços podem ser incentivadas iniciativas de agricultura urbana com vista ao aumento da produção alimentar à escala local, reforçando os níveis de



vieram alterar a lógica do sistema de planeamento baseado na maximização do terreno apto para construção, considerado economicamente mais rentável até meados da primeira década do século passado. Hoje, as cidades Portuguesas interiores esvaziam-se, a taxa de emigração regista valores galopantes, ou seja, a tendência demográfica aponta para o esvaziamento do país. Consequência direta disto, sobram espaços expectantes e desfragmentados no miolo das cidades desequilibrando o continuum urbano.

Este problema já tinha sido elencado no PNPOT (2007), ver os 24 Problemas do Ordenamento do Território em Portugal, onde se inclui a “expansão desordenada das áreas metropolitanas e de outras áreas urbanas, invadindo e fragmentando os espaços abertos, afetando a sua qualidade e potencial ecológico, paisagístico e produtivo, e dificultando e encarecendo o desenvolvimento de infraestruturas e a prestação de serviços coletivos” Em paralelo sublinhava-se também “A expansão urbana desordenada e correspondentes efeitos na fragmentação do tecido urbano e do espaço envolvente”. De fato, a problemática mantém-se atual e pertinente 7 anos passados sobre a elaboração do referido documento. Pior, a situação agudizou-se através da recessão económica que levou o setor da construção a forte recessão (Euroconstruct, 2012), reduzindo drasticamente a procura de solo urbano, e deixando no vazio espaços abertos e fragmentados que sobraram de duas décadas de boom imobiliário. Por outro lado, registe-se o aumento da procura de espaços produtivos, nomeadamente para a prática de Agricultura Urbana e Peri-Urbana (Martins, 2012). Face ao exposto defende-se, por imperativos de economia nacional, que os solos urbanos que não são necessários devem ser reconvertidos e aproveitados para finalidades produtivas primárias, a curto e médio prazo.

Conceptualização de uma problemática bicéfala

Um dos instrumentos fundamentais para regular e ordenar o território corresponde aos planos de ordenamento territorial, cujo regime está amplamente dependente do direito dos solos que conforma o direito de propriedade (Oliveira, 2011). Os planos diretores municipais⁵⁸ são, em Portugal, o principal instrumento de gestão urbanística adotada pelos municípios. Consubstanciam elementos desenhados (escala 1/25.000) e elementos escritos. Nos elementos desenhados inclui-se a caracterização da situação existente, das infraestruturas, das áreas verdes, classificação das áreas aptas para edificação, etc.. As peças escritas incluem um regulamento, discriminando a classificação do solo e as condicionantes aplicáveis a cada área, e ainda um faseamento previsional. Em síntese são os instrumentos legais que definem de forma vinculativa o uso do solo, privado e público, dentro de um período temporal médio de 10 anos, findo o qual podem ser revistos. O processo de elaboração compreende uma fase de diagnósticos, mais ou menos participado pelo diferentes *stakeholders*. A direção técnica é da responsabilidade de uma equipa de urbanistas a quem cabe as decisões técnicas, sob tutela de uma estratégia (quase sempre) política. Em resumo a capacidade de uso do solo para produção agrícola, em termos formais é estipulada através de planos de ordenamento territorial. Numa outra perspetiva, a informalidade de uso será sempre possível, mas a sua salvaguarda em termos de direitos de uso de solo é dificultada pela ausência de “enquadramento legal”.

Face ao panorama demográfico da sociedade Portuguesa atual os planos diretores municipais vigentes contém áreas urbanas sobredimensionadas. Segundo (Oliveira, 2011) foi a falta de programação aliada à previsão de amplas admissibilidades construídas (previsão sobredimensionada das áreas de expansão) e à ausência de intervenção dos órgãos do município de controle do processo urbano, que produziu as consequências negativas que se traduzem na dispersão da ocupação urbanística pelo território e, em consequência, numa irracional expansão das infraestruturas que a servem.

Enfim, no quadro das principais dificuldades que procedem da prática do planeamento urbano em Portugal e da atual Lei de solos⁵⁹ podemos mencionar: a deficiente articulação e cooperação entre

autossuficiência da cidade, a resiliência urbana e contribuindo para a coesão das comunidades urbanas” (ver Art.º 50 do PDML).

⁵⁸ Para além dos PDMs os municípios possuem de outros instrumentos de gestão territorial, como por exemplo os Planos de Urbanização e Pormenor.

⁵⁹ Por política de solos entende-se o conjunto de ações e de intervenções voluntárias da Administração Pública no mercado dos solos com a finalidade de garantir a disponibilidade, no momento oportuno, dos solos necessários para



municípios e entre estes e os restantes níveis da administração do território; a falta de um pensamento que articule diferentes políticas setoriais, ver desarticulação entre a política de ordenamento territorial e a política de Agricultura ou as debilidades já referidas entre o direito do urbanismo e o direito do solos; Acresce ainda, o desconhecimento da Agricultura Urbana como um direito legítimo de uso dos solos urbanos seja como um fim em si mesmo ou como uso temporário; por fim, a ausência de monitorização e avaliação das medidas adotadas que impede o processo de reavaliação das estratégias políticas e técnicas adotadas.

O crescimento da Agricultura Urbana e Periurbana justifica-se, segundo a FAO⁶⁰, através da sua adaptabilidade e mobilidade em comparação com a agricultura rural, no entanto, os dois conceitos são frequentemente confundidos. Ao contrário da Agricultura Rural, a Agricultura Urbana e Periurbana engloba vários níveis de atuação abrangendo a produção, transformação e comercialização em circuitos curtos. No processo de produção, onde se enquadra o acesso à terra, inclui-se o cultivo de hortícolas; vegetais; árvores de fruto; ervas aromáticas; floricultura; criação de animais; criação de peixes e produção de sementes, e a compostagem, entre outros. Do ponto de vista do acesso à terra cada uma destas atividades pressupõe tempos diferenciados de utilização do solo⁶¹.

Em Portugal, o conceito de agricultura urbana é tecnicamente novo. Uma possível explicação poderá advir da relativa juventude do processo de urbanização - de facto em 1975, 72,3% da População Portuguesa vivia em áreas rurais e 27,7% em áreas urbanas. Aliado à hipótese anterior regista-se uma prática continua da pequena agricultura de subsistência especialmente nas áreas rurais e peri-urbanas sem estatuto formal. Dados estatísticos do INE (2011)⁶² mostram que o retrato tipo do agricultor Português é um homem, com 63 anos de idade e a quarta classe. Portugal é o país da União Europeia com menos jovens agricultores: apenas 2,5% tem menos do que 35 anos de idade. Estes factos podem explicar a percepção desvalorativa da agricultura em Portugal.

Desde a adesão à União Europeia, a produção agrícola Portuguesa tem crescido menos do que a procura alimentar, originando uma redução do grau de auto-suficiência (Situação da Agricultura em Portugal, C.E. – Direção Geral de Agricultura, 2003). Consideramos pois que uma política de incentivo à Agricultura Urbana revela-se de extrema importância na adaptação e mitigação dos impactos latentes da pobreza urbana e da segurança alimentar (uma faceta de especial importância em épocas de crises – como a que Portugal vive atualmente) reforçada pela possibilidade de uso destes espaços como áreas de lazer e socialização – uma vertente da saúde mental das comunidades. Sustenta-se portanto que o regresso à agricultura⁶³ não é um retrocesso societal mas, uma consciência do seu inegável contributo para o bem – estar ambiental, social e económico das comunidades.

Num período de crise profunda impõem-se refletir sobre os subúrbios de edificação dispersa, de aldeias desertificadas, de lotes vazios e interstícios espaciais disfuncionais, sobra de uma década alimentada pela indústria da construção desenfreada. A nova realidade social, económica e ambiental dita a necessidade do “reapropriação do rural” para o planeamento de cidades mais sustentáveis.

Objetivo 1 – Tornar o fenómeno recente associado ao ressurgimento da Agricultura em espaço urbano como uma oportunidade para repensar o ordenamento territorial e o papel do urbanista como mediador no processo.

os fins pretendidos e por preços adequados. Em última instancia tal política visa, essencialmente, no que toca ao ordenamento do território e urbanismo: (1) responder à procura de solos para fins urbanísticos; 2) contrariar fenómenos de especulação; 3) satisfazer as necessidades das pessoas coletivas públicas de terrenos necessários para espaços verdes públicos e de utilização coletiva, equipamentos e infra-estruturas; 4) conter a expansão urbanística incentivando, em seu detrimento o preenchimento dos espaços vazios subaproveitados no interior dos perímetros urbanos e a reconstrução e reabilitação urbana⁵⁹ in Correia F, 2012, *Manual do Direito do Urbanismo*. Almedina.

⁶⁰ FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação.

⁶¹ A título de exemplo: para a produção de hortícolas o solo pode ser escalonado por períodos de 2 anos, mas para a plantação de árvores de fruto um período mínimo de 7 anos seria desejável para justificar o investimento. Por outro lado questões sanitárias poderão regular a localização dos terrenos destinados à criação de animais.

⁶² INE - Instituto Nacional de Estatística em Portugal.

⁶³ Não é objeto deste artigo debater que tipo de Agricultura se defende no perímetro urbano, por exemplo se, biológica, agro – ecológica, etc.. Tal tema será debate de futuras publicações.



Objetivo 2 – Aferir, a partir das diferentes estratégias presentes nos estudos de caso e do enquadramento legislativo Português que políticas positivas podem ser usadas no acesso à terra urbana para a prática de agricultura, usando como instrumento de mediação o ordenamento territorial.

Alguns casos ilustrativos – reduzida representação da problemática urbana

Analisada a literatura existente conclui-se existir um vazio na produção científica respeitante ao tema - acesso à terra em área urbana. Não obstante, existem algumas publicações, *Planning for Urban Agriculture: A Review of Tools and Strategies for Urban Planners* (Quon, 1999), ou mais recentemente o relatório “*Directrices voluntarias sobre la gobernanza responsable de la tenencia de la tierra, la pesca y los bosques en el contexto de la seguridad alimentaria nacional*” (FAO, 2012). Neste âmbito, a RUAF foi pioneira. No livro *Cities Farming for the Future - Urban Agriculture for Green and Productive Cities* aborda-se *Integration of Agriculture in Urban Land Planning* (Mubvami and Mushamba, 2006) aborda por capítulos a interdisciplinaridade do tema desde o financiamento, ao acesso à terra através do ordenamento territorial, entre outros.

Tratando-se de uma área de conhecimento nova e interdisciplinar a metodologia adotada consiste na explicitação dos diferentes conceitos envolvidos e das suas áreas de cruzamento. Em segundo lugar, na apresentação de três estudos ilustrativos (2 +1) que ilustram diferentes estratégias de abordagem da problemática.

Como obter terra produtiva – exemplos de métodos possíveis:

A partir da literatura existente escolheram-se duas experiências cujos perfis e contextos sócio culturais são diversos. Não se pretende ser exaustivo, apenas apontar ferramentas úteis. Uma das experiências resulta de uma iniciativa comunitária (Gardenshare, Reino Unido) outra, o Programa De Agricultura Urbana de Rosário que celebra 10 anos de implementação baseia-se na colaboração de diferentes *stakeholders*, Organizações não Governamentais, sociedade civil, municipalidade, governo local e universidade. Por fim, a iniciativa governamental do Banco de Terras, que embora não abranja o território urbano contextualiza o estado da arte em Portugal.

Gardenshare, Reino Unido

O projeto Gardenshare (Brighton and Hove) começou em 2008 com parte do Transition Town Project. Habitantes de Brighton que não tinham espaços para cultivarem os seus alimentos constituíram-se em grupo que alcançou cerca de 1200 interessados. Ao mesmo tempo um conjunto de proprietários que possuía terrenos mas que não os usava por constrangimentos de tempo ou mesmo físicos juntou-se ao processo. O projeto foi liderado durante um ano pelo movimento Transition Town e mais tarde conseguir oficializar um espaço junto da Brighton and Hove Food Partnership. A comunicação entre interessados realiza-se através de um Blog. Foi feita uma forte campanha de divulgação.

O esquema funcionou com trabalho voluntário durante um ano. No 2.º ano de atividade passou a ser financiado por fundos governamentais e por trabalho de jovens em situação de desemprego. Simultaneamente o projeto recebeu apoio através de bolsas como a Sussex Community Foundation (Grassroots Grant) e a Good Food Grant from Brighton and Hove Food Partnership. Neste momento a coordenação cabe à Harvest Brighton & Hove⁶⁴.

Procura-se que exista uma relação de proximidade entre o cultivador e o espaço de cultivo. O contrato que é feito entre o agricultor e o proprietário é gerido caso a caso e passa pela definição das espécies que podem ser cultivadas e pelo número de vezes que o agricultor tem acesso ao espaço. O projeto tem forte cariz de inclusão social e de fortalecimento de laços de vizinhança. O acesso à terra é assegurado dentro de um “quadro semi-formal” que ultrapassa as condicionantes legais da

⁶⁴ www.harvest-bh.org.uk, consultado em 3 de Agosto de 2014



classificação do solo i.e. desde que acordado entre as partes um solo urbano pode ser utilizado temporariamente para produção agrícola. As limitações decorrem do fato do processo ser fundamentado numa iniciativa comunitária que está suportada na boa vontade como garantia do acesso à terra. Não existindo um plano de ordenamento territorial prévio a função do urbanista limita-se à eventual mediação do processo incluindo os canais logísticos de acesso à terra, pontos de transformação e comercialização que eventualmente venham a ser necessários.

Rosário, Argentina

Na Argentina, a cidade de Rosário iniciou em 2002 um Programa de Agricultura Urbana - PAU⁶⁵ que envolve atualmente mais de 20 hectares. O programa / agenda foi desenvolvido através da metodologia *Multi-stakeholder Policy formulation and Action Planning*, promovida pela Fundação RUAF em conjunto com equipas locais. A metodologia assenta na governância multi – níveis e no aprofundamento dos mecanismos de participação dos cidadãos e organizações na gestão do território, fatores que contribuem positivamente para a estabilidade e consolidação dos processos a longo prazo.

A terra é maioritariamente pública embora também coexista terra privada. São estabelecidos contratos de comodato que estabelecem as condições de uso da terra, manutenção estética (vedações, possibilidade ou não de edificação de construções para apoio agrícola), parâmetros de fertilidade e produtividade, normas agro ecológicas, normas de convivência e por fim a obrigatoriedade de devolução da terra após 6 meses de incumprimento das normas estabelecidas. Estes espaços estão sob coordenação do Programa de Agricultura Urbana da Municipalidade de Rosário que os co – gestiona com a sociedade civil, nomeadamente a rede de Horteiros e Horteiras de Rosário.

O programa encontra-se vinculado em três leis que viabilizam o acesso à terra. A lei 1.4713/89⁶⁶, anterior ao início oficial do Programa, estabelece pela primeira vez que a terra pública e privada pode ser utilizada para a prática de agricultura urbana (Cabannes, 2012). Simultaneamente encoraja os proprietários a permitirem o uso da terra por um período mínimo de 2 anos para fins produtivos em troca de redução de taxas. Definia ainda que: A terra só podia ser concedida a pessoas vulneráveis, desempregados, reformados, alunos do ensino secundário e universitário, ex. drogados, etc.; A parcela mínima para pró auto-consumo seria de 100m²; A municipalidade de Rosário seria responsável por providenciar o acesso à terra, mas também providenciar capacitação, sementes, infraestruturas básicas e ferramentas.

Num período de plena crise foi estabelecida outra lei complementar - Lei 7.341/02, que visava permitir a comercialização dos produtos, não limitando a Agricultura Urbana à produção de alimentos para consumo próprio, ou seja, potenciando o rendimento económico através da produção agrícola.

Dois anos depois a Lei 2561/04 estabeleceu que o Programa de Agricultura Urbana – PAU, iria administrar um banco de terras, incluindo todas as terras pertencentes à municipalidade de Rosário. As terras seriam cedidas pelas entidades proprietárias através de uma resolução que estabelece um período mínimo de uso por 2 anos. O Programa de Agricultura Urbana seria responsável pela administração e registo desse banco de terras privadas que são doadas por privados, empresários, instituições, fundações, etc.. O estado concede benesses na forma de redução de impostos a quem colabore com o Banco de Terras disponibilizando terras para produção agrícola.

A existência de um Programa formal, fortalecido pelas organizações governamentais, permitiu o reconhecimento da Agricultura Urbana como política territorial, favorecendo o processo de mapeamento das terras disponíveis e apoiando a gestão processual inerente. Registe-se o aumento de confiança e transparência do processo (forte vontade política) com impacto direto na gestão do ordenamento territorial. Finalmente, o procedimento legitima toda a cadeia agrícola: produção; transformação e comercialização.

⁶⁵ <http://www.agriurbanarosario.com.ar/espacios-de-agricultura-urbana.php>, consultado em 30 de Julho de 2014

⁶⁶ Para maior detalhe sobre a legislação citada ver: CABANNES, Y. 2012. *Pro-poor legal and institutional frameworks for urban and peri-urban agriculture*, FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations.



Banco de Terras Português

A título meramente elucidativo apresenta-se o Banco de Terras Português criado em 2012 (Lei nº 62/2012, de 10 de Dezembro). Trata-se de um exemplo de uma estratégia governamental cujos princípios são louváveis. Infelizmente apenas considera os terrenos classificados como prédios rústicos i.e., não inclui a possibilidade de transformação (temporária) do solo urbano em espaço produtivo. Aplica-se apenas aos prédios rústicos e à parte rústica dos prédios mistos, integrados voluntariamente pelos seus proprietários ou os seus representantes, com aptidão agrícola, florestal e silvopastoril. De fora ficam os prédios considerados mistos para efeitos fiscais com edificações destinadas a habitação não permanente, quando a área da parte inscrita na matriz rústica respetiva seja inferior a 1ha; os Prédios com projetos de instalação de empreendimentos turísticos aprovados ou em apreciação junto de entidade competente. Não obstante, a procura excede em muito a oferta⁶⁷. Será pois urgente refletir sobre novas e mais aliantes estratégias de disponibilização de terra para a produção agrícola.

Discussão – como avançar?

Da apresentação dos três estudos ilustrativos resulta evidente a necessidade de reconhecimento da agricultura como um uso oficial da terra, (Mubvami and Mushamba, 2006). Em segundo plano, a urgência do reconhecimento da agricultura urbana como um instrumento que potencia uma nova política de ordenamento territorial. O canal para construção desta política pode variar: partindo da sociedade civil organizada (projeto GardenShare), ou de um conjunto de Multi-stakeholders (Programa de Agricultura Urbana de Rosário), ou ainda das instancias governamentais (Banco de terras Português).

Segundo (Cabannes, 2003) para avançar as ações seguintes são essenciais: Examinar a situação existente, o que deve ser feito através da criação de um comité local de acompanhamento; Construção de um diagnóstico através da realização de um processo consulta pública; Por fim, a construção de um quadro regulador que introduza a Agricultura Urbana nos planos urbanísticos e a regulação do seu uso (regulamentos e normas).

No que respeita à disponibilidade de terra agrícola o processo de inventariação da disponibilidade de terrenos (públicos e privados) é primordial, incluindo os terrenos urbanizáveis expectantes com potencial para ocupação temporal (estratégia preferencial face ao cenário Português). Devem também ser elencados os espaços institucionais tais como escolas, hospitais, laterais de auto-estradas, zonas de proteção a vias férreas, zonas de proteção à rede de alta tensão⁶⁸. Estes são espaços de produção agrícola potencial que raramente é rentabilizada e que cabe ao ordenamento territorial definir como disponíveis para a prática agrícola.

No processo de mapeamento há ainda que considerar os solos que naturalmente não são aptos para a prática agrícola por questões topográficas, pela própria qualidade do solo (ver recente polémica relativa à contaminação dos solos urbanos⁶⁹) ou falta de acesso à água. Em alguns desses terrenos estratégias diferenciadas podem vir a possibilitar o seu uso para fins agrícolas.

Por fim o processo deve⁷⁰: (1) Estabelecer objetivos para a sua implementação (níveis de auto-suficiência do município, número de postos de criação de emprego, perfil de inclusão social pretendido, reformados, desempregados, etc.); (2) Elaborar mapas de zonamento que distribuam e definam o potencial dos solos para a prática agrícola e; (3) Elaborar leis que estimulem o uso desses solos para a prática produtiva, por exemplo, reduzindo o valor das taxas municipais aplicáveis (ver Rosário). O quadro jurídico de tributação em vigor em Português permitiria um processo similar ao vigente em

⁶⁷ Ver entrevista disponível no site <http://www.bolsanacionaldeterras.pt>, consultado em 30 de Julho de 2014.

⁶⁸ Ver Programa de Agricultura em Lima, Perú. <http://www.munlima.gob.pe/limaambiental/agriculturaurbana-presentacion>, consultado em 3 de Agosto de 2014.

⁶⁹ <http://www.cienciahoje.pt/index.php?oid=58996&op=all>, consultado em 30 de Julho de 2014.

⁷⁰ A estrutura apresentada foi adaptada do Projeto de Pós – Doutorado – FCT: SFRH/BPD/94286/2013



Rosário (Argentina), aplicando uma redução da tributação do IMI⁷¹ sob solo urbano disponibilizado para produção agrícola.

Conclusões – um novo campo de atuação para os urbanistas

De que modo o planeamento urbano (e urbanistas) podem facilitar a integração da agricultura no espaço urbano? Considerando que as políticas locais são desenvolvidas a nível local os urbanistas são peças-chaves neste processo (Quon, 1999). No entanto, constrangimentos associados ao perfil profissional podem limitar o potencial de actuação destes (Delgado, 2011). Em primeiro lugar, a falta de reconhecimento da Agricultura Urbana como uma função legítima dentro do perímetro urbano (Wooten and Ackerman, 2012). A indispensabilidade de contrariar ideias pré-concebidas, a Agricultura Urbana não é um retrocesso societal, mas a reivindicação do direito à soberania alimentar. O processo de sensibilização é demorado e implicará a capacitação de todas as partes envolvidas, nomeadamente através da análise estatística (dados infelizmente inexistentes) dos impactos positivos da Agricultura Urbana em termos ambientais, económicos e sociais.

Do ponto de vista técnico as dificuldades passam pela inexistência (frequente) de uma base cartográfica e cadastral atualizada que facilite a tomada de decisão. O processo é moroso, implica concertação e acesso a bases cartográficas que nem sempre existem ou que podem estar desatualizadas. Outros constrangimentos podem surgir, tais como o desconhecimento do proprietário, etc.. Ainda, numa fase posterior de implementação do processo, este pode ser limitado por custos de arrendamento demasiado elevados. Ou, dificuldades logísticas no contacto entre potenciais utilizadores e proprietários da terra. Falta de sensibilidade para o tema, etc..

Como potencialidades defendemos que o crescimento observado na procura de terrenos para a produção agrícola deve ser considerado como catalisador de uma nova política de gestão territorial que reduza a fragmentação territorial e que viabilize economicamente os vazios urbanos. Um processo de planeamento suportado em diagnósticos locais e participados pode funcionar como um instrumento privilegiado de coesão social, visando o fortalecimento da economia local através da produção agrícola e, num segundo momento, transformação e comercialização desses produtos.

Em síntese uma política de acesso à terra com carácter de permanência, que assegure os direitos dos agricultores no tempo e no espaço, deve considerar um processo de diagnóstico e mapeamento do território com potencial para a prática agrícola através de metodologias participativas, e a sua inclusão numa estratégia de Ordenamento Territorial que viabilize políticas formais de acesso à terra. Os urbanistas são mediadores privilegiados neste processo.

Referências

- CABANNES, Y. 2003. PRINCIPES DIRECTEURS POUR LA FORMULATION DE POLITIQUES MUNICIPALES EN MATIÈRE D'AGRICULTURE URBAINE In: DUBBELING, M. (ed.) *Agriculture urbaine: Planification et aménagement du territoire*. IDRC & CRDI & IPES, Centre de recherches pour le développement international.
- CABANNES, Y. 2012. *Pro-poor legal and institutional frameworks for urban and peri-urban agriculture*, FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations.
- DELGADO, C. 2011. O urbanista na crise: face às diferentes perceções da cidade *Revista CIDADES, Comunidades e Territórios* n. 22 (2011) - *Centre for Territorial Studies - ISCTE-IUL*, 22.
- FAO 2012. Directrices voluntarias sobre la gobernanza responsable de la tenencia de la tierra, la pesca y los bosques en el contexto de la seguridad alimentaria nacional. FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations.
- MARTINS, D. 2012. *URBAN AND PERI-URBAN AGRICULTURE* PRACTICES IN LISBON METROPOLITAN AREA, CONTRIBUTIONS TO FOOD SOVEREIGNTY*. Master, University College Lont565y7ydon.

⁷¹ Os proprietários de solos classificados como urbanos pelos PDMs são obrigados a pagar IMI sobre prédios que embora classificados com aptos para construção podem num horizonte de décadas não serem edificáveis. Para mais esses valores são inadvertidamente exorbitantes (Pardal S., 2011, Comunicação Congresso Ad Urbem 2010).



- MUBVAMI, T. & MUSHAMBA, S. 2006. Integration of Agriculture in Urban Land Planning *In*: RUAF FOUNDATION (ed.) *Cities Farming for the Future - Urban Agriculture for Green and Productive Cities* RUAF Foundation, the Netherlands, IDRC, Canada and IIRR publishers, the Philippines,.
- OLIVEIRA, F. 2011. Estudo da articulação da Lei de Solos com o Sistema de Gestão Territorial. *Preparação da Nova Lei de Solos*. . DGOTDU - Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território; Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano;.
- QUON, S. 1999. Planning for Urban Agriculture: A review of Tools and Strategies for Urban Planners. International Development Research Centre.
- WOOTEN, H. & ACKERMAN, A. 2012. Seeding the City: Land Use Policies to Promote Urban Agriculture. <http://changelabsolutions.org/publications/seeding-city>.